



REPÚBLICA DE ANGOLA  
ASSEMBLEIA NACIONAL  
**GRUPO PARLAMENTAR DA UNITA**  
**GABINETE DO PRESIDENTE**

---

**DECLARAÇÃO POLITICA DA UNITA, POR OCASIÃO DO DEBATE E  
VOTAÇÃO, NA GENERALIDADE, DO OGE 2014**

**Excelência Senhor Presidente da Assembleia Nacional;  
Ilustres Auxiliares do Titular do Poder Executivo;  
Mui caros Deputados;  
Minhas Senhoras e meus Senhores:**

No momento em que o Tribunal Constitucional serra fileiras em torno do seu chefe, o Titular do Poder Executivo, e do Partido que o apoia, para impedir, vergonhosamente, que os Deputados, eleitos pelo Povo Angolano, fiscalizem o que o Governo faz com o nosso dinheiro, esse Governo vem anunciar aos angolanos que em 2014 quer gastar mais dinheiro do que o presente ano de 2013: 7.3 triliões de kwanzas ou, se quisermos, 74,2 biliões de dólares. Dinheiro que vai ser gerido pelo Titular do Poder Executivo, sem que se dê aos angolanos a possibilidade de irem acompanhando a forma como esse dinheiro é gasto. 74,2 biliões de dólares!

E o mais grave é que este Orçamento Geral do Estado que nos está a ser apresentado para o exercício de 2014 continua a pecar em vários sentidos, e não dá mostras de estar em condições de dar resposta aos Objectivos Nacionais a que o Executivo se propõe, nomeadamente, a preservação da unidade e coesão nacionais, a garantia dos pressupostos básicos necessários ao desenvolvimento, a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, a inserção da juventude na vida activa, entre outros.

Pela primeira vez, desde 2009, as contas públicas vão registar, este ano, um défice de 630,3 mil milhões de Kwanzas ( o que representa cerca de 5%), ao aumentar as receitas em 4,6% e as despesas em 19,3%. O Executivo vai ter menos dinheiro a entrar

nos cofres e mais dinheiro a sair deles, o que resultará numa clara degradação das contas públicas.

Ano após ano, a UNITA tem vindo a aconselhar o Executivo do MPLA a melhorar os seus métodos de trabalho. Já no quadro do Orçamento do ano em curso, o Grupo Parlamentar da UNITA tinha aconselhado o Executivo do Presidente Eduardo dos Santos a mudar a metodologia de elaboração desse documento, com vista a deixar de marginalizar os executores e os parceiros sociais, colhendo anates os seus pontos de vista em vez de os colocar sempre perante um “fait accompli”. Mas, como dirão os meus avós, em Cabinda, “Twela tubiliabu, Nzambi ngongo” – ou seja, “não aceitam nada do que os outros lhes digam”. A metodologia de V. Exas. não mudou, nem mesmo na filosofia de distribuição e redistribuição do rendimento... e continuam a falar em “distribuir melhor”. Como é possível distribuir melhor se os métodos de distribuição são sempre os mesmos?

O sector social, contrariamente ao que temos vindo a ouvir, aqui e ali, sofre, em 2014, uma redução de 2,3%, comparado com a verba alocada no OGE do ano em curso, prestes a terminar. E este sector continua a ter uma roupagem enganosa, se tivermos em conta o facto de que nele estão incorporados os subsídios, que aumentam em 52%, a maior parte dos quais representam subsídios a preços, com uma grande fatia a destinar-se a subsidiar os combustíveis que se presume andar pelos 90%. E esses subsídios a combustíveis, conforme tem sido sobejamente mostrado e demonstrado, não beneficia os pobres mas antes os mais ricos. Entretanto, as prestações sociais, nomeadamente as pensões de reforma, o abono de família, as bolsas de estudo, despesas que verosimilmente devem beneficiar os angolanos mais pobres, registam um corte – pasme-se – de cerca de 41%!

O sector da Saúde que temos no país, doentio, com os problemas gravíssimos que enfrenta e que o descredibilizam até dizer “basta”, longe de receber maior atenção, leva uma tesourada, com uma redução em cerca de 53,5 mil milhões de Kwanzas. E apresentam-nos aqui “Objectivos Nacionais” como sendo a “garantia dos pressupostos básicos necessários ao desenvolvimento” ou a “melhoria da qualidade de vida” dos angolanos. Porquê tanta hipocrisia?

Sobre a Educação então nem vale a pena falar. Aqui o corte foi muito mais violento representando quase 24%. Ora, deste modo, como é que V. Exas. pretendem chegar ao sonhado desenvolvimento e à melhoria da qualidade de vida, negligenciando sectores tão importantes como a Educação e a Saúde? Angola continua a ser o país, mesmo na região da SADC, a dar tão pouca importância a esses dois sectores. E, curiosamente, na Educação, quando ouvimos gente de todos os extractos sociais a falar mal o português e a escrevê-lo pior, mesmo carregando licenciaturas, pós-graduações e doutoramentos;

Quando sabemos que os problemas, graves e gravosos, se situam na base – com a chamada “gente fina” a dizer “direitamente”, “X porcentos”, “seje”, “esteje”, “moral alta”, etc. – o Executivo do Presidente Eduardo dos Santos corre atrás do incremento de verbas para o ensino superior. É simplesmente inacreditável! Com construtores assim, como é que os edifícios não desabam, as estradas não criam crateras, a electricidade não dá luz, as torneiras nem vapor conseguem produzir, a cólera não mata, a malária não extermina? Como?

A proposta de Orçamento que o Executivo aqui nos traz não consegue fugir da tradição de gastar mais com a trilogia “defesa-segurança-ordem pública” do que com a educação e saúde juntas. Só estas ficam com 17,7% das verbas do OGE para 2014. E essa verba é para cuidar das nossas forças armadas? Da nossa Polícia? Dar-lhes uma qualidade de vida, essa tal de que falam nos vossos “objectivos”? Ou servirá para a exportação de guerras, com investidas e invasões em territórios alheios, longe ou perto, como aconteceu há relativamente pouco tempo com a Guiné Bissau, a Costa do Marfim, ou ainda há escassos dias com o Congo Brazzaville?

**Excelência Senhor Presidente da Assembleia Nacional;**  
**Ilustres auxiliares do Titular do Poder Executivo;**  
**Caros colegas Deputados:**

Fala-se em diversificação da economia, mas continuamos a verificar que, num país cujo peso das receitas petrolíferas, para o exercício económico de 2014, anda à volta dos 70%, o que representa a excessiva dependência desse bem. Todos, no

partido maioritário, parece terem-se esquecido dos ensinamentos do Dr. Agostinho Neto, que apontava a Agricultura como sendo um forte pilar da economia angolana, dadas as suas potencialidades. Não precisa ninguém dizer que se esqueceu. Basta olhar para as receitas alocadas a esse importante sector, que passam de 1% do OGE, em 2013, para os inexpressivos 0,66%.

E, por falar em Agricultura, o Executivo que previa um crescimento do PIB na ordem dos 7%, para 2013, assumido com todo o optimismo que lhe conhecemos, viu essa taxa baixar para 5,1%. O Executivo diz que isso se deveu à seca no Cunene. Afinal? Será que é por causa da “grande produção agrícola” no Cunene, prejudicada pela falta de chuvas, que isso ocorreu? Obrigado pela informação! E ninguém fala da grave falta de investimentos no sector produtivo, mormente no apoio às empresas, cerca de 98% das quais morreram por dificuldades de acesso ao crédito. É por esta e outras razões que nós, UNITA, tempos vindo a aconselhar que V. Exas. dialoguem primeiro com os parceiros sociais, em vez de correrem para os “copy-paste” de orçamentos antigos, mudando-lhes apenas algumas datas e outras coisinhas. Se assim não fosse, alguém poderia ir ao Bailundo reabilitar um Hospital do Chilume, já reabilitado, ou um Estádio Municipal da Caála, já inaugurado, para citar apenas esses dois exemplos? Só brincadeira produz esse tipo de coisas.

E, mesmo assim, enquanto o FMI faz uma estimativa de crescimento do PIB na ordem dos 6,3%, para 2014, o nosso Executivo, como de hábito, faz uma previsão mais optimista avançando os 8,8%!

E é esse excessivo optimismo que tem levado ao grande défice que assistimos na capacidade executória deste Governo. Optimizam excessivamente as receitas, fazem o mesmo com as despesas; colocam muito dinheiro no Orçamento que não conseguem arrecadar, com despesas que não têm capacidade de realizar, apenas para fazer um show-off; uma astúcia política. E se alguém tiver coragem para questionar, bastará ir ao vosso próprio balanço de execução orçamental e verem o que lá têm.

**Senhor Presidente da Assembleia Nacional;  
Caros colegas Deputados:**

É frequente ouvir-se que “o país tem rumo”. Mas porque será que este não consegue ter o rumo certo? Angola tem vindo a crescer, mesmo que timidamente, mas a distribuir muito mal, cada vez pior. Como é que vão ser combatidas as assimetrias regionais; como é que o país se desenvolve, com essa excessiva centralização orçamental que a proposta de OGE para 2014, continua a apresentar? São cerca de 85% das receitas a serem geridas centralmente (pela estrutura central), acaparándo-se dos projectos de impacto local, e deixa-se uma cifra de pouco mais de 15% apenas para as estruturas locais. Refiro-me aos Governos Provinciais e às Administrações Municipais.

Os Deputados do Grupo Parlamentar da UNITA têm estado a visitar o país inteiro, ouvindo as ansiedades e preocupações das nossas populações, independentemente das suas tendências político-partidárias. E temos estado a ser informados, até mesmo de servidores públicos que dão mostras de seriedade, sobre muitos programas de investimento sistematicamente inscritos nos OGEs mas nunca realizados; PIPs sonhados nos gabinetes ministeriais, mas que nascem e morrem no papel, sob o silêncio de administradores, e até mesmo de governadores, que, como diz a linguagem popular, ficam a chupar o dedo.

Ora, com a distribuição inscrita nesta proposta de OGE, meus senhores, não existe qualquer possibilidade de se garantir que o país conheça o anunciado desenvolvimento. E mais uma vez, teremos razão, nós da UNITA, quando exortamos os nossos irmãos do MPLA e o Executivo por si apoiado, a partir rapidamente para as autarquias, única forma de resolução desses problemas. Imaginamos que, para determinadas pessoas, esteja a ser difícil largar o osso que têm vindo a roer nos últimos muitos anos, mas desistam das demagogias e passem a distribuir melhor, para que isso não seja apenas um discurso eleitoralista oco e mentiroso. Há capacidade para a instalação das autarquias. Se houver vontade. Poderemos tê-las agora, em 2014. Coragem!

**Senhor Presidente,  
Ilustres Deputados:**

Somos chamados a debater e votar, na generalidade, esta proposta de Orçamento Geral do estado para 2014, numa altura em que o país acaba de ser visitado pelo acórdão “iluminado” de

seis juizes do Tribunal Constitucional que nos vêm dizer: “Os deputados não têm competência para fiscalizar a forma como são gastos os dinheiros do Povo. Basta entrega-los ao Titular do Poder Executivo e ponto final! Esperem pelos relatórios de execução orçamental, quando vierem e se vierem, ou pela conta geral do estado, quando vier, se vier e da forma como vier, e essa é a fiscalização. Chamar os ministros, os governadores? Nem pensar! Os altos funcionários dos departamentos ministeriais? Também não! Vir prestar algumas informaçõeszinhas? Se calhar. Desde que as Comissões de Trabalho Especializadas que o desejem façam o pedido ao senhor Presidente da Assembleia Nacional, para que este solicite encarecidamente ao Titular do Poder Executivo, o fiscalizado, e este, por sua vez diga ‘podem ir’”.

Caros colegas deputados,

Isso é possível num país que não seja atípico como o nosso? E estaremos aqui todos, hoje, a virar o texto da Constituição de alto a baixo sem podermos ver onde os senhores juizes do Tribunal Constitucional foram ler isso!

Os Secretários americanos – equivalentes aos nossos ministros – também exercem poderes delegados pelo Presidente americano. Não está escrito em lado nenhum da Constituição dos Estados Unidos que esses secretários devem ir prestar declarações perante os congressistas. Mas passará pela cabeça de algum americano que um secretário de qualquer coisa se recuse a comparecer perante qualquer das duas Câmaras para ser ouvido? Não, meus senhores! Não! Isso nem é possível em Cuba, no Irão ou na Coreia do Norte. Só é possível aqui. Neste país.

E fico pasmo quando vejo pessoas que deviam mostrar alguma idoneidade, professores universitários, desses que em vez de formar andam a deformar a nossa juventude, Matando o futuro deste país, a dizerem nas suas rádios e nas suas televisões que “agora a fiscalização fica reforçada”! Como?

O Executivo mandou para aqui a Conta Geral do Estado relativo ao exercício de 2011. Não manda os relatórios nem dos serviços de apoio do Senhor Presidente, nem dos ministérios da Defesa, do Interior, da Justiça, das Relações Exteriores, etc., nem da SONANGOL, nem da ENDIAMA, nem da EDEL, nem da EPAL.... e dizem que estão a prestar contas. A Lei diz que antes de os deputados apreciarem esse documento, para além de estar incompleto (pois faltam as peças importantes a que acabo de me referir), o mesmo tem de ter o relatório e o parecer prévio do

Tribunal de Contas. É o que a lei diz, de forma muito clara. O Tribunal ainda não se pronunciou e as comissões de trabalho, em cumprimento das eternas “ordens superiores”, já aprovaram, ontem mesmo, os relatórios-pareceres, usando a maioria que produziram nas eleições de 2012. Não, meus Senhores! Não, caros colegas! Isso não é sério!

E daqui a pouco, nesta sala, irão multiplicar-se os apelos para que votemos favoravelmente esta proposta de Orçamento Geral do Estado. Mas os angolanos de boa fé, independentemente da sua cor partidária; os angolanos honestos, em grande número nesta sala; os angolanos que sabem e vêem que as coisas não andam bem; os angolanos que também querem saber de onde saem, como saem, quem dá e porque dá os milhões de dólares – nosso dinheiro, dinheiro de todos os angolanos – que aparecem em malas e caixotes a ensaiar turismo pelas capitais europeias, ou a custear despesas – que não estão inscritas em nenhum Orçamento – ligadas à aquisição e comercialização de prostitutas – ou havemos de as chamar “trabalhadoras de sexo” – provenientes no Brasil e de outras paragens, numa verdadeira internacionalização; esses angolanos não nos poderão pedir que votemos favoravelmente este Orçamento.

Onde estará inscrita a verba que Bento dos Santos Kangamba e seus pares têm estado a usar até para raptar as nossas irmãs e filhas, e vendê-las à prostituição em Moçambique ou na África do Sul? Nós não estamos a inventar aqui nada. Essa informação foi prestada, publicamente, no passado domingo, por uma ilustre Deputada da Assembleia da República de Moçambique. E enquanto se protege esse senhor que, com o seu comportamento, envergonha todos os angolanos, muito particularmente as nossas irmãs e filhas, e as nossas Forças Armadas, prende-se e deixa-se na cadeia uma criança, Nito Alves, preso político num país que se reputa de “democrático e de direito”. E já que os senhores auxiliares do Titular do Poder Executivo exercem competências pertencentes a este, pedimos-lhes, do alto desta tribuna, que mande libertar já e agora o menino Nito Alves. A democracia está a ser assassinada.

E já agora, queremos desafiar o Tribunal Constitucional a pronunciar-se sobre a constitucionalidade ou inconstitucionalidade de normas que mandam “autorizar” manifestações, como ouvimos amiúde dos nossos ministros, governadores e responsáveis da Polícia.

**Senhor Presidente,  
Caros Colegas Deputados:**

As últimas sessões neste Parlamento, sobretudo a do dia 4 deste mês de Novembro, revelaram comportamentos que criam em nós sérios temores de que esta Assembleia Nacional está cada vez mais a fechar as portas para o debate plural e igual. Este Parlamento não poderá servir apenas para virmos levantar a mão, como forma de exprimir o nosso sentido de voto. Tem de ser um palco privilegiado para o debate. É preciso que, por parte dos nossos colegas do MPLA não haja esse medo de se debaterem os assuntos do país. Na última sessão até tivemos de presenciar, com dor e consternação, a expressão de um voto para se saber quem estava ou não de acordo que normas legais fossem aplicadas. Foi feio. Muito feio. O Grupo Parlamentar da UNITA espera, muito sinceramente, que cenas dessas não se voltem a produzir nunca mais no nosso Parlamento. Seria o caminhar perigoso para a subalternização e a banalização.

**Senhor Presidente da Assembleia Nacional,**

No momento em que se debate a questão de dinheiro para isto e para aquilo; dinheiro pertencente ao Povo Angolano, temos que trazer à liça o problema das transmissões dos debates que têm lugar nesta Casa, se quisermos ser rectos perante a Constituição, perante a Lei e perante a ética. A Assembleia Nacional continua a ceder a chantagens políticas obscuras, demitindo-se do cumprimento do seu dever constitucional de **“velar pela aplicação da Constituição e pela boa execução das leis”**.

Continuamos a não saber as razões que impedem a ida ao ar da TV Parlamento e da Rádio Parlamento, criadas que estão, e há muito tempo, todas as condições técnicas e humanas para que isso ocorra, de modo a permitir que os angolanos acompanhem, **EM DIRECTO**, os debates que se realizam no Parlamento e as decisões aqui tomadas, em seu nome. Foi certamente gasto muito dinheiro, cujo montante os deputados ainda não sabem. Esses instrumentos não funcionam porquê? A TELEVISÃO PÚBLICA DE ANGOLA e a RÁDIO NACIONAL DE ANGOLA, instrumentos do Estado, que deviam prestar um serviço público isento e de qualidade, continuam a transmitir apenas programas de somenos importância, enquanto se lhes proíbe transmitir, **EM DIRECTO**, os



debates, todos os debates, que têm lugar na Assembleia Nacional. Porquê?

O Grupo Parlamentar da UNITA aproveita esta ocasião para comunicar que uma carta, subscrita pelas 4 forças políticas da oposição, neste Parlamento, foi endereçada a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional para que use o seu peso político-institucional de modo a resgatar o prestígio do nosso Parlamento e coloca-lo no merecido padrão de verdadeiro Órgão de Soberania, fazendo com que os debates sejam, daqui para a frente, transmitidos em directo, em cumprimento do direito e da liberdade constitucionais dos cidadãos de serem informados sem impedimentos nem discriminações. É preciso que cesse essa censura absurda que se faz aos deputados. Por outro lado, o Povo Angolano tem o direito de saber o que discutimos e decidimos em seu nome. E negar-lhe isso, é violar, de forma grave, flagrante e vergonhosa, a Constituição e as Leis da República de Angola que temos a obrigação constitucional de respeitar, fazer respeitar e proteger. Se isso não se concretiza, propomo-nos, nós, Grupo Parlamentar da UNITA, a encetar uma luta tenaz, nos parâmetros da legalidade e da democracia, até que ao cidadão seja garantido o usufruto dos seus direitos.

Muito Obrigado Senhor Presidente

08 de Novembro de 2013.